

Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras da *EDENRED SOLUCOES E INSTITUICAO DE PAGAMENTO AHA S.A.* (“Companhia” ou “Edenred Pay”) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - (“COSIF”), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo BACEN.

A Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A. recebeu no dia 5 de janeiro de 2024, autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador.

Ao longo de 2024 é observado um crescimento da receita operacional oriundo da dinâmica dos negócios com aumento de volume transacionado e crescimento do nosso portfólio de clientes, resultado do processo de reestruturação da Companhia, com a absorção de produtos das demais empresas do Grupo Edenred Brasil, do qual é parte, bem como lançando novos produtos, com o intuito de gerar eficiência operacional e gestão constante dos custos. Contudo, em função dessa reestruturação, a Companhia vem apresentando prejuízos e necessidade de capital que está sendo suprida por meio de operações de mútuo, concedidos pelas empresas do Grupo Edenred.

A Edenred Pay faz parte do Grupo Edenred, uma plataforma digital líder em serviços e pagamentos, conectando mais de 60 milhões de pessoa usuárias e mais de 2 milhões de comerciantes parceiros em 45 países por meio de quase 1 milhão empresas-clientes. O grupo francês está listado na bolsa de valores Euronext Paris e incluído nos seguintes índices: CAC 40, CAC 40 ESG, CAC Large 60, Euronext 100, Euronext Tech Leaders, FTSE4Good e MSCI Europe. No Brasil, a Edenred opera em três linha de negócios por meio de suas empresas locais: Benefícios e Engajamento (Ticket), Mobilidade (Edenred Ticket Log e Edenred Repom) e Soluções de Pagamentos e Novos Mercados (Edenred Pay e Punto). Presente no país há quase 50 anos, possui 2.500 colaboradores, 8,5 milhões de pessoas usuárias, cerca de 800 mil estabelecimentos parceiros e mais de 130 mil empresas-clientes.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Desempenho e continuidade dos negócios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia nos últimos anos vem passando por um processo de reestruturação. Com isso, a Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos períodos e requerendo, assim, recursos financeiros das empresas do Grupo Edenred, seja por meio de aportes de capital ou empréstimos, para a manutenção de suas atividades. A Administração, com base no seu plano de negócio, espera resultados positivos futuros, sendo que a continuidade das operações depende desses recursos financeiros e do atingimento do plano de negócio. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Capital Mínimo Regulatório

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 (e), em 5 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu autorização pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento e foi designada como líder do Conglomerado Prudencial do Grupo Edenred. Dessa forma, os limites de capital regulatório estão sendo apurados de forma consolidada. Em 30 de junho de 2024, a Companhia efetuou o cálculo do Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento - PRIP, que com base no seu entendimento da aplicação da base regulatória contida na Resolução BCB nº 198, a Companhia se encontrava enquadrada. Contudo, o critério aplicado na determinação da capital mínimo regulatório foi questionado pelo Banco Central do Brasil por meio de ofícios. Em 21 de novembro de 2024, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB nº 434, que altera a Resolução BCB nº 198, e que limitou a possibilidade de dispensa da completa dedução de ajustes prudenciais, ratificando, assim, os entendimentos do Banco Central do Brasil enviados por meio de ofícios, considerando o tipo do Conglomerado Prudencial Edenred, e confirmando o desenquadramento do Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento - PRIP. A Companhia está elaborando um plano de equalização do capital mínimo regulatório para o exercício de 2025. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2024, sem comparação com o período anterior, devido à Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 42º da Resolução BCB nº 2/2020 de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por ser tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de janeiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

EDENRED SOLUCOES E INSTITUICAO DE PAGAMENTOS AHA S.A.

Balanço Patrimonial
em 30 de Junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidade	4	4.454	Fornecedores		3.977
Instrumentos financeiros		141.029	Transações e pagamento a liquidar	13	11.584
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	123.652	Afiados a pagar	14	16.192
Títulos e valores mobiliários	5.2	17.377	Reembolsos a efetuar	15	273.691
Contas a receber de clientes	6	136.563	Obrigações trabalhistas	16	2.421
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(4.117)	Passivos fiscais correntes		1.110
Ativos fiscais correntes	8.1	17.199	Contas a pagar de aquisição de empresa	10	4.934
Despesas antecipadas		4.831	Outras contas a pagar		28.774
Empréstimos - Mútuo	9	32.542	Empréstimos - Mutuo	9	134.339
Outras contas a receber		18.503			
Total do ativo circulante		351.004	Total do passivo circulante		477.022
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	34.914	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	7.741
Depósitos judiciais	17.b	1.754	Contas a pagar de aquisição de empresa	10	24.064
Outras contas a receber	9	27.062			
			Total do passivo não circulante		31.805
Investimento	10	49.727			
Imobilizado	11	1.888	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação acumulada	11	(1.084)	Capital social	18.a	64.414
Intangível	12	111.370	Prejuizos acumulados	18.b	(34.845)
(-) Amortização acumulada	12	(38.239)			
Total do ativo não circulante		187.392	Total do patrimônio líquido		29.569
TOTAL DO ATIVO		538.396	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		538.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUCOES E INSTITUICAO DE PAGAMENTOS AHA S.A.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de Junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2024
Receita líquida de prestação de serviços	19	27.233
Resultado da intermediação financeira	19	4.161
RECEITA LÍQUIDA	19	31.394
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(16.188)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		15.206
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Com pessoal	20	(6.374)
Assessoria e representação	20	(5.242)
Depreciação e amortização	20	(4.479)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7 e 20	(666)
Participações estatutárias no lucro	20	(574)
Equivalência Patrimonial	10 e 20	(3.610)
Outras despesas gerais e administrativas	20	(7.108)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	20	(5.515)
		(33.568)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(18.363)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	21	11.794
Despesas financeiras	21	(7.028)
		4.766
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(13.597)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes		-
Diferidos	8.2	3.135
		3.135
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(10.461)
QUANTIDADE DE AÇÕES		298.377
PREJUÍZO DO SEMESTRE POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$	22	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUCOES E INSTITUICAO DE PAGAMENTOS AHA S.A.

Demonstração de resultado abrangente

Semestre findo em 30 de Junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30/06/2024</u>
PREJUÍZO DO SEMESTRE	(10.461)
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE	<u>(10.461)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUCOES E INSTITUICAO DE PAGAMENTO AHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024.
(valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuizos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	64.414	(24.384)	40.030
Prejuízo do semestre	-	(10.461)	(10.461)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	64.414	(34.845)	29.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUCOES E INSTITUICAO DE PAGAMENTO AHA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024.
(valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	30/06/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo do semestre	(10.461)
Resultado exercícios Anteriores	
Reconciliação do prejuízo do semestre com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	4.479
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	38
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	666
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.135)
Equivalência patrimonial	3.610
Juros sobre empréstimos não pagos/recebidos	1.547
Encargos sobre empréstimos não pagos	290
	(2.966)
(Aumento) redução nos ativos:	
Instrumentos financeiros	(97.097)
Contas a receber de clientes	99.301
Impostos a recuperar	(1)
Outras contas a receber	(25.819)
Despesas antecipadas	951
Depósitos judiciais	(28)
Aumento (redução) nos passivos:	
Fornecedores	(537)
Afiliados a pagar	(31.444)
Reembolsos a efetuar	(57.587)
Obrigações trabalhistas	(546)
Passivos fiscais correntes	299
Contas a pagar de aquisição de empresa	1.469
Outras contas a pagar	10.456
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(315)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(103.864)
Juros recebidos	2.584
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(101.280)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Empréstimos concedidos	(33.140)
Liquidação de empréstimos concedidos	3.100
Aquisição de ativo intangível	(6.548)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(36.588)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Empréstimos líquidos tomados	130.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	130.000
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.868)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Saldo final	4.454
Saldo inicial	12.322
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUCOES E INSTITUICAO DE PAGAMENTO AHA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; soluções de gestão de pagamento; prestação de atividades, no âmbito de arranjos de pagamento abertos ou próprios, como instituição de pagamentos na modalidade que foi previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, que incluem, mas não limitam a prestação de serviços de pagamento; prestação de serviços de administração de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza especialmente relativos, mas não limitados a nas áreas de: (i) motivação, incentivos, promoções, viagens, lazer, entretenimentos e outros, por meio de emissão, própria ou por terceiros, de vale cupons ou cartões para troca por bens, serviços e/ou saque, bem como a intermediação de negócios; e (ii) gestão e administração de despesas, adiantamento salarial, controle de custos ou qualquer outra prática, permitida ou não vedada por lei, relacionada a cartões eletrônicos de pagamentos com ou sem função de saque; prestação de serviços de informática e processamento de dados, inclusive de assessoria e consultoria técnica de informática, em especial para (1) a gestão de programas motivacionais, de fidelidade, eventos e outros; (2) o gerenciamento e manutenção de cadastro de clientes; e (3) elaboração de programas de computadores (software), inclusive jogos eletrônicos; a prestação de serviços de campanha de incentivos e eventos promocionais, objetivando a fidelização de clientela, a promoção de bens e serviços em geral e a motivação profissional, bem como mediante a divulgação dessas promoções na mídia em geral, a organização e o gerenciamento de eventos e o agradecimento de propaganda e publicidade; a intermediação de negócios em geral e agenciamento; a prestação de serviço de propaganda e publicidade; a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou no exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objeto social da Companhia.

A Companhia possui sua matriz localizada na Alameda Tocantins, 350, Alphaville Industrial, na cidade de Barueri.

A Companhia nos últimos anos vem passando por reestruturação, absorvendo produtos das demais empresas do Grupo Edenred Brasil, do qual é parte, bem como lançando novos produtos, com o intuito de gerar eficiência operacional e gestão constante dos custos. No último ano houve o lançamento da PUNTO, solução de gestão de pagamentos que inclui um POS (“maquininha”) digital e inteligente para ajudar os comerciantes a aceitarem cartões e outros tipos de transações digitais. A maquininha aceita pagamentos das principais bandeiras do mercado, como Visa, Mastercard e Elo, além de soluções da Edenred. O crescimento constante da receita operacional é oriundo da dinâmica dos negócios com aumento de volume transacionado e crescimento do nosso portfólio de clientes. Quando há necessidade de caixa no curto prazo, a Companhia conta com as demais empresas do Grupo por meio de operações de mútuo, como ocorrido no semestre em questão com o empréstimo de R\$ 130 milhões concedido pela Edenred Participações S.A., ou com o suporte financeiro de sua Controladora por meio de aumento de capital.

A Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A. recebeu no dia 05 de Janeiro de 2024, autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, e passou a liderar o Conglomerado prudencial denominado “Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A” que contém as seguintes empresas: Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A, Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE S.A e Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - (“COSIF”), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução BCB nº 07/20.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução BCB nº 08/20.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução BCB nº 09/20.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado | Resolução BCB nº 06/20.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 - Resultado por ação | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente | Resolução BCB nº 120/21.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.

- iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

Em virtude de a Companhia ter obtido autorização para atuar como instituição financeira de pagamento pelo BACEN em 05 de janeiro de 2024, passando a enviar as informações requeridas pelo BACEN a partir dessa data, a Companhia optou pela faculdade prevista no art. 42, § 5º da Resolução BCB nº 02/20 de não apresentar as informações comparativas das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 15 de janeiro de 2025.

2.1. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- Resolução BCB nº 219, publicada em novembro de 2021, revogada pela Resolução BCB nº 352/23, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de “hedge”) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da referida regulamentação.

Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimentos de juros em caso de atraso, cálculo de taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. O plano de implementação do referido normativo está segregado em três fases:

- I. Governança: Criação de fóruns compostos por diferentes níveis hierárquicos dedicados à definição e acompanhamento da implementação;
 - II. Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas da companhia; e
 - III. Revisão das Estimativas: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
- Resolução BCB nº 391, publicada em junho de 2024, altera a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esta Resolução estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil que devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da referida regulamentação.

- Resolução BCB nº 390, altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil e as principais regras para utilização das rubricas contábeis do elenco de contas do Cosif, no que diz respeito aos níveis de agregação e aos tipos de rubricas contábeis.

A Resolução define que:

- i) O código das rubricas contábeis do elenco é formado por, no mínimo, cinco níveis de agregação;
- ii) Fica limitada a dez níveis a quantidade máxima de níveis de agregação do elenco de contas Cosif;
- iii) O ato normativo que criar níveis de agregação no elenco de contas do Cosif deve entrar em vigor a partir do exercício seguinte e, no mínimo, seis meses depois de sua publicação.

A escrituração contábil somente pode ser efetuada nas rubricas contábeis relativas a operações que a instituição está autorizada a realizar.

A instituição líder do conglomerado deve, nos documentos consolidados, usar as rubricas contábeis destinadas ao uso pelas demais entidades integrantes do consolidado para a escrituração dos eventos e das transações por elas realizados, ressalvadas as eliminações e as reclassificações previstas na regulamentação.

A Resolução entra em vigor em:

I - em 1º de janeiro de 2030, no que se refere:

a) ao art. 1º, na parte em que altera o art. 4º da Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021;

e

b) ao art. 2º, *caput*, inciso I, alínea “a”;

II - em 1º de julho de 2024, quanto ao disposto no art. 2º, *caput*, incisos II e III; e

III - em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos.

A Companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da referida regulamentação.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros - Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possuía títulos classificados na categoria “negociação” e “Mantidos até o vencimento”.

d) Contas a receber de clientes

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. Não houve a necessidade de constituição de provisão de perda por redução ao valor recuperável para o semestre findo em 30 de junho de 2024.

g) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: móveis e utensílios - 10%, máquinas e equipamentos - 10%, equipamentos de informática - 20%, benfeitorias em imóveis de terceiros - 10%, equipamento de telecomunicação - 10%.

h) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: gastos com desenvolvimento - 14,29% e software 20%.

i) Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros

- A Resolução BCB nº 120/21 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, não houve reconhecimento de perda por impairment durante o semestre findo em 30 de junho de 2024.

j) Reembolsos a efetuar

Compreendem o saldo dos benefícios creditados em cartões e "vouchers" colocados em circulação e ainda não apresentados pelos estabelecimentos comerciais credenciados para reembolso.

k) Fornecedores

Representado, substancialmente, a valores a pagar às instituições de pagamento participantes do arranjo de pagamento.

l) Afiliados a pagar

Registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões apresentados para reembolso, sendo o pagamento realizado conforme o prazo contratual.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução BCB nº 09/20 da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

n) Obrigações fiscais correntes e diferidas

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidas: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no patrimônio líquido.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

p) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos no semestre findo em 30 de junho de 2024.

4. DISPONIBILIDADES

	30/06/2024
Disponibilidades:	
Em moeda Nacional	3.868
Em moeda Estrangeira (i)	586
Total caixa e equivalentes de caixa	4.454

(i) Referem-se a valores disponíveis em dólar em conta bancária no exterior.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2024, aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por operações compromissadas LFT - Letra Financeira do Tesouro com os saldos apresentados abaixo:

	30/06/2024	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil
Operações Compromissadas - letras financeiras do tesouro (i)	123.652	123.652
Total	123.652	123.652

(i) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro e estão vinculadas a garantia dos saldos de moeda eletrônica, conforme determinada pela Resolução BCB nº 80/21.

5.2. Títulos e valores mobiliários

Em 30 junho 2024, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

a) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	
	Valor de custo amortizado	Valor de mercado contábil
<u>Disponível para venda:</u>		
Carteira Própria:		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (*)	17.377	17.377
Total	<u>17.377</u>	<u>17.377</u>

(*) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 97% até 100% do CDI no semestre findo em 30 de junho de 2024.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2024.

b) Composição por vencimento

	30/06/2024		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Disponível para venda</u>			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.611	10.766	17.377
Total	<u>6.611</u>	<u>10.766</u>	<u>17.377</u>

(*) Embora os CDBs tenham vencimentos acima de 12 meses, os mesmos podem ser resgatados a qualquer momento e a intenção da administração é utilizá-lo em um período menor de 12 meses, esses títulos vêm sendo classificados no ativo circulante.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/06/2024
Contas a receber de clientes	98.645
Transações a faturar de clientes (a)	68.757
Aviso de crédito (b)	(30.839)
Total	<u>136.563</u>

(a) O montante apresentado refere-se a transações processadas que representam valores de compras realizadas na rede credenciada à Companhia mas ainda não faturadas aos respectivos clientes, devido à data de corte do faturamento periódico;

(b) Representam valores a devolver para clientes em decorrência de reversão de crédito por pagamentos realizados indevidamente ou a maior.

O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” por idade de vencimento é como segue:

	30/06/2024
A vencer	128.416
Vencidos:	
Até 30 dias	1.823
De 31 a 60 dias	312
De 61 a 90 dias	880
De 91 a 120 dias	2.776
De 121 a 180 dias	1.060
Acima de 181 dias	1.296
Total	136.563

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Edenred Soluções e Instituição de Pagamentos AHA S.A realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais.

A movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	30/06/2024
Saldo início do Semestre	3.451
Adições - provisões constituídas	962
Reversões	(296)
Saldo final	4.117

A despesa com a constituição e a receita com a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentadas na rubrica “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito”, na demonstração do resultado.

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

8.1 ATIVOS FISCAIS CORRENTES

	30/06/2024
IR/CS a recuperar	9.164
PIS/COFINS a recuperar	4.696
IRRF sobre aplicações financeiras	1.989
Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) sobre serviços	1.288
Outros impostos federais	62
Total	17.199

8.2 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Correntes

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

	<u>30/06/2024</u>
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.597)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	4.623
Diferenças permanentes:	
Outras diferenças permanentes	(1.488)
Imposto de renda e contribuição social - após adições e exclusões	<u>3.135</u>
Correntes	-
Diferidos	3.135
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>3.135</u>

Não houve o recolhimento de imposto de renda e contribuição social no semestre findo em 30 de junho de 2024.

b) Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal. Os créditos e débitos estão mantidos no ativo e passivo não circulantes, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis.

Composição dos créditos tributários:

	<u>30/06/2024</u>
Prejuízo fiscal e Base Negativa	28.438
Amortização ágio	508
Amortização mais valia	570
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.285
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.020
Provisões para bônus e PLR	773
Outras provisões	863
Provisões intermediação	457
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	<u>34.914</u>
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo + Passivo	<u>34.914</u>

Movimentação dos créditos tributários:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/06/2024</u>
Prejuízo fiscal e Saldo negativo	26.678	1.760	28.438
Amortização ágio	339	169	508
Amortização mais valia	-	570	570
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.388	(103)	2.285
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	950	70	1.020
Provisões para bônus e PLR	561	212	773
Provisões intermediação	310	147	457
Provisões outras	553	310	863
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	<u>31.779</u>	<u>3.135</u>	<u>34.914</u>

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2024		
	Prejuízo fiscal Saldo negativo	Provisões	Total
2024	1.596	2.478	4.074
2025	3.859	193	4.052
2026	6.307	115	6.422
2027	6.938	1.220	8.158
2028	9.738	2.470	12.208
Total	28.438	6.476	34.914

Em 30 de junho 2024, o valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos estimados é de R\$ 26.624, calculados considerando a taxa básica de juros - Selic.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Outras contas a receber - circulante

30/06/2024

Outras contas a receber

Ticket Serviços S.A.(a)	285
Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda.(c)	114
Ticket Soluções HDFGT S.A.(b)	24
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.(d)	3
Edenred Soluções de Mobilidade e Inst. de Pagto. HU S.A.(g)	1
Empréstimos - Mútuo	
Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda.(f)	32.542
	32.969

Outras Contas a Receber - não circulante

Outras contas a receber

Ticket Soluções HDFGT S.A.(i)	27.062
	27.062

TOTAL DO ATIVO PARTES RELACIONADAS

60.031

Passivo Circulante

Empréstimos - Mútuo

Edenred Brasil Participações S.A.(f)	134.339
--------------------------------------	---------

Outras contas a pagar

Ticket Soluções HDFGT S.A.(i)	3.015
Ticket Serviços S.A.(h)	1.275
Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda.(j)	114
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A.(e)	16
	138.759

A movimentação dos mútuos está demonstrada a seguir:

Mútuo - Ativo	Saldo em 31/12/2023	Adição	Recebimento	Juros	IOF	Saldo em 30/06/2024
Punto Instituição De Pagamento Hoz Ltda	-	33.140	(3.100)	2.192	310	32.542
TOTAL	-	33.140	(3.100)	2.192	310	32.542

Mútuo - Passivo	Saldo em 31/12/2023	Adição	Pagamento	Juros	IOF	Saldo em 30/06/2024
Edenred Brasil Participações S.A.	-	130.000	-	3.739	600	134.339
TOTAL	-	130.000	-	3.739	600	134.339

- (a) Ticket Serviços S.A: relativo a concessão do produto cartão premiação.
- (b) Ticket Soluções HDFGT S.A: refere-se substancialmente a valores a receber devido as transações do fundo de comércio e repasse de despesas de licenças de software.
- (c) Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda: refere-se a repasses de benefícios de funcionários transferidos, e repasse de serviços de sistemas de software em geral.
- (d) Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A: refere-se a saldo de benefícios de adiantamento salarial.
- (e) Repom Instituição de Pagamento Husa S.A: saldo referente a benefícios de adiantamento salarial.
- (f) Refere-se a valores de empréstimo/mútuo com Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda e Edenred Brasil Participações S.A., ambos pelo prazo de 12 meses, corrigido pelo equivalente a 100% do CDI + 2,3% a.a.
- (g) Edenred Soluções de Mobilidade e Inst. de Pagto. HU S.A.: refere-se a saldo de benefícios de adiantamento salarial.
- (h) Ticket Serviços S.A: fornece serviço relativos à gestão de benefícios: vale transporte, vale alimentação e vale refeição.
- (i) Ticket Soluções HDFGT S.A: refere-se substancialmente a valores a pagar/receber oriundo das transações do fundo de comércio.
- (j) Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda.: refere-se a valores relacionados benefícios salariais.

As transações nas demonstrações de resultado com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receita 30/06/2024	Despesa 30/06/2024
Resultado Financeiro (nota 21)	2.192	3.739
Punto Inst. de Pagto HOZ Ltda. (a)	2.192	-
Edenred Brasil Participações S.A.(e)	-	3.739
Receita Operacional Líquida (nota 19)	3.904	-
Ticket Soluções HDFGT S.A.(c)	2.016	-
Ticket Serviços S.A.(d)	1.620	-
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.(d)	116	-
Embratec Tecnologia HEQ Ltda.(d)	75	-
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A.(d)	60	-
Edenred Soluções de Mobilidade e Inst. de Pagto. HU S.A.(d)	6	-
Edenred Brasil Participações S.A.(e)	6	-
Greenpass Tecnologia e Inst. de Pagto HUE S.A.(d)	5	-
Receitas (despesa) operacionais (nota 20)	-	495
Ticket Soluções HDFGT S.A.(c)	-	51
Ticket Serviços S.A.(b)	-	439
Edenred Soluções de Mobilidade e Inst. de Pagto. HU S.A.	-	5
	6.096	4.234

- (a) Punto Inst. de Pagto HOZ Ltda: refere-se à cobrança de juros sobre mútuo concedido.
- (b) Referem-se substancialmente à contratação de serviços de emissão e impressão dos “vouchers”.
- (c) Refere-se a operação de repasse de Fundo de Comércio com parte relacionada iniciada em 28 de fevereiro de 2019, após a cisão dos produtos Plus, Premiação e Cobrand.
- (d) Refere-se à contratação de benefícios.
- (e) Edenred Brasil Participações S.A: refere-se à contratação de serviço de emissão de cartão empresarial (receita) e ao pagamento de juros sobre mútuo (despesa).

A Companhia pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, o montante de R\$299 em 2024. Não há benefícios de longo prazo.

10. INVESTIMENTO

Em 30 de junho de 2024, o saldo de investimentos é composto por investimento em Companhia controlada no montante de R\$ 49.727, descrito abaixo na nota 10.b.

- a) Dados da controlada

	Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda. (a)
% Participação	100%
Número de cotas	2.454.145
Ativo	122.684
Passivo	89.429
Patrimônio líquido	33.255
Resultado do período	(3.610)

b) Movimentação do investimento

Descritivo	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Amortização ágio/intangível	Saldo em 30/06/2024
Investimento	36.865	(3.610)	-	33.255
Intangível	13.512	-	(529)	12.983
Ágio	3.987	-	(498)	3.489
Total investimento	54.364	(3.610)	(1.027)	49.727

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações da Punto Instituição de Pagamento Hoz Ltda., anteriormente denominada Sysdata Tecnologia e Participações Ltda., especializada na captura, processamento e autorização para o segmento de meios de pagamentos e passou a ter o controle das operações. O preço de aquisição foi de R\$50.500, sendo desembolsado o montante de R\$8.578 e o restante registrado como passivo na rubrica “Contas a pagar de aquisição de empresa”. O diferencial entre o preço de aquisição em troca do controle da Sysdata e de seus ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), no montante total de R\$30.553.

Em novembro de 2023, a Companhia concluiu a avaliação da alocação do preço de compra da Sysdata Tecnologia e Participações Ltda., realizado por empresa terceira, para o qual determinou-se ajustes nos saldos iniciais dos investimentos gerando uma redução do valor patrimonial e aumento do ágio no montante de R\$5.898, bem como a alocação da parcela inicial inicialmente registrada como ágio para intangível (mais valia) no montante de R\$14.660. Simultaneamente, durante o período da avaliação da alocação do preço de compra, foi reavaliada o plano de negócio da empresa adquirida, bem como remensurado o valor do earn-out com base nos resultados reais atingidos ao longo de 2023, resultando em uma reversão da provisão de earn-out no montante de R\$19.143 e uma provisão do ágio por impairment de R\$16.807. O valor a pagar pela aquisição deste investimento em 30 de junho de 2024 é de R\$ 28.998.

11. IMOBILIZADO

			30/06/2024	
	Vida útil em anos	Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual
Equipamentos de informática	5	833	(435)	398
Instalações e benfeitorias	10	793	(447)	346
Equipamentos de telecomunicações	10	76	(40)	36
Móveis e utensílios	10	181	(157)	24
Máquinas e equipamentos	10	5	(5)	-
Total		1.888	(1.084)	804

Não houve movimentação no saldo do custo no semestre findo em 30 de junho de 2024.

Custo:	Vida útil em anos	31/12/2023	30/06/2024	
		Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Equipamentos de informática	5	833	-	833
Instalações e benfeitorias	10	793	-	793
Móveis e utensílios	10	181	-	181
Equipamentos de telecomunicações	10	76	-	76
Máquinas e equipamentos	10	5	-	5
Total		1.888	-	1.888

A movimentação da depreciação é como segue:

Depreciação acumulada:	Vida útil anos	31/12/2023	30/06/2024	
		Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Instalações e benfeitorias	10	(407)	(40)	(447)
Equipamentos de informática	5	(385)	(50)	(435)
Móveis e utensílios	10	(152)	(5)	(157)
Equipamentos de telecomunicações	10	(37)	(3)	(40)
Máquinas e equipamentos	10	(5)	-	(5)
Total		(986)	(98)	(1.084)

Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possuía ativos dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos bancários, nem arrolados em defesa de processos judiciais, tampouco bens paralisados ou quaisquer outras despesas com arrendamento mercantil operacional e despesas referentes a juros capitalizados.

12. INTANGÍVEL

A Composição do ativo intangível em 30 de junho de 2024 está apresentada a seguir:

	Vida útil em anos	Custo	30/06/2024	Saldo Residual
			Amortização acumulada	
Software em desenvolvimento	14 a 20	55.943	-	55.943
Software desenvolvido	14 a 20	55.427	(38.239)	17.188
Total		111.370	(38.239)	73.131

A movimentação do ativo Intangível é como segue:

Custo:	2023	Adições	30/06/2024
Software em desenvolvimento	49.395	6.548	55.943
Software desenvolvido	55.427	-	55.427
	104.822	6.548	111.370
Amortização:			
Software desenvolvido	(34.885)	(3.354)	(38.239)
	(34.885)	(3.354)	(38.239)
Valor Residual:	69.937	3.194	73.131

13. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO A LIQUIDAR

Referem-se a valores transacionados a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento. Em 30 de junho de 2024, o saldo encontra-se demonstrado a seguir:

	30/06/2024
Transações de Pagamentos a Liquidar	11.584
	<u>11.584</u>

14. AFILIADOS A PAGAR

Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual. O saldo em 30 de junho de 2024 é como segue:

	30/06/2024
Estabelecimentos Credenciados	6.822
Afilados a pagar (a)	9.370
	<u>16.192</u>

(a) Valores devidos ao Banco Topázio em virtude da operação de antecipação de recebíveis realizada pela Companhia. A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

15. REEMBOLSOS A EFETUAR

	30/06/2024
Reembolso a efetuar	273.691
Total	<u>273.691</u>

O saldo em 30 de junho de 2024 corresponde a:

- Obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários e ainda não utilizados junto aos afiliados.
- Valores a serem repassados para os estabelecimentos referentes aos montantes dos benefícios já consumidos pelos usuários e que ainda não foram apresentados pelos estabelecimentos para reembolso.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo e o valor seria irrelevante.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2024
Provisão de férias	1.006
Participação nos lucros	594
Encargos sociais e outras	491
13º Salário	330
Total	<u>2.421</u>

A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados no fim do exercício.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

17.a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Com base na opinião de seus assessores legais externos, a Administração classifica os passivos contingentes como perdas prováveis e obrigações legais e mantém provisão em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas para o balanço consolidado está assim demonstrada:

	30/06/2024
Natureza:	
Tributários	7.199
Honorários advocatícios - "success fees"	485
Trabalhistas	53
Cíveis	4
Total	<u>7.741</u>

Provisões tributárias

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	30/06/2024
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (a)	3.612
Outros processos (b)	2.566
Pis e COFINS Lei 9718/98 e 10833/03 (c)	<u>1.021</u>
Total	<u>7.199</u>

- (a) Referem-se substancialmente, às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias para as quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados, cujo montante total é de R\$3.612.
- (b) Referem-se a provisões das contingências passivas tributárias classificadas como prováveis por assessores externos, atreladas a autos de infração sobre a contribuição de FGTS de janeiro de 2010 até julho de 2013 (R\$1.160), execução fiscal sobre as contribuições previdenciárias para o INSS em 1998 (R\$729), execução fiscal promovida pela Fazenda Nacional sobre IRPJ/IRRF/CSLL/PIS/COFINS dos anos de 2003 e 2004 (R\$677).
- (c) Referem-se a mandados de segurança impetrados pela Companhia, objetivando: (i) a inconstitucionalidade da exigência do PIS e da COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, sendo contestada a majoração da alíquota de 2% para 3% com ampliação da base de cálculo sobre a totalidade das receitas, inclusive receitas financeiras; (ii) que seja assegurado o direito de efetuar os recolhimentos para o PIS e a COFINS, descontando os créditos calculados em relação aos encargos de depreciação ou amortização de bens e direitos dos ativos imobilizados adquiridos até 30 de abril de 2004, mediante depósito judicial; e (iii) que seja assegurado o direito de descontar os créditos relativos a despesas com benefícios dos tíquetes em serviço e planos de seguro de saúde, para efeito do PIS e da COFINS, recolhendo os efeitos como depósito judicial. Os valores reconhecidos são de R\$1.021.

Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2024, a Companhia era parte em 1 reclamação trabalhista totalizando o valor de R\$53 movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituíam em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, entre outros.

Provisões cíveis

Em 30 de junho de 2024, a Companhia era parte em 1 reclamação cível totalizando o valor de R\$4 movida por estabelecimento, alegando indenização por falha na prestação de serviços.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	2023	Adições (Reversões)	Pagamentos	30/06/2024
Tributário	7.120	79	-	7.199
Honorários Sucess Fee (a)	800	-	(315)	485
Trabalhistas	98	(45)	-	53
Cíveis	-	4		4
	<u>8.018</u>	<u>38</u>	<u>(315)</u>	<u>7.741</u>

- (a) Referem-se a honorários de sucesso relativos a processos judiciais/ administrativos patrocinados por assessores legais externos contratados pela Companhia.

A Companhia, visando a uma melhor apresentação dos montantes envolvidos em suas causas trabalhistas, cíveis e tributários, decidiu reclassificar os honorários advocatícios para a mesma rubrica de suas provisões.

Processos com perda possível

A Administração da Companhia não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, no montante de R\$22.458, sendo R\$22.001 relativo a processos judiciais tributários, R\$298 relativo a processos judiciais cíveis e R\$159 relativo a processos judiciais trabalhistas para os quais, na avaliação dos seus assessores legais externos, a probabilidade de perda é considerada possível.

O principal processo com perda possível está discriminado a seguir:

R\$15.704: refere-se à ação anulatória tributária, tendo como autor a Fazenda Nacional sobre IRPJ/IRRF/CSLL/PIS/COFINS de 1995.

17.b) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 30 de junho de 2024 é de R\$1.754 e está classificado na rubrica “Depósitos judiciais”, no ativo não circulante.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2024 é de R\$64.414, composto por 298.377.150 ações ordinárias nominativas, constituído como segue:

Acionista	Quantidade de ações em 30/06/2024	Participação %
Edenred Brasil Holding Financeira S.A.	193.880.743	64,98%
Manzat Inversiones AUU S.A.	83.545.603	28,00%
Guilherme Alberto Berthier Stumpf	20.886.400	7,00%
Edenred S.E.	64.404	0,02%
Total	298.377.150	100,00%

b) Dividendos obrigatórios

O Estatuto Social define que a Companhia deve destinar aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos obrigatórios de no mínimo 25% e, no máximo, 75% do lucro líquido auferido no exercício, após as deduções previstas.

A Companhia não distribuiu dividendos obrigatórios para o semestre findo em 30 de junho de 2024 em virtude do saldo de prejuízos acumulados.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	30/06/2024
Serviços prestados (a)	31.487
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(4.254)
Receita líquida de prestação de serviços	27.233
Rendimento de aplicações financeiras	4.161
Resultado da intermediação financeira	4.161
Receita operacional líquida	31.394

(a) Desse total, um saldo de R\$ 3.904 refere-se à serviços de premiações e benefícios de adiantamento salarial com partes relacionadas vide Nota Explicativa 9.

20. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	30/06/2024
Custos dos Serviços Prestados (a)	(16.188)
Outras Despesas Operacionais (b)	(10.594)
Depreciação e Amortização	(4.479)
Gastos com Assessoria, Consultoria e Auditoria	(4.402)
Gastos com pessoal	(4.211)
Equivalência Patrimonial	(3.610)
Gastos com Manutenção e Limpeza	(2.342)
Gastos com materiais e propaganda	(1.336)
Prestadores de Serviços	(1.191)
Provisão para devedores duvidosos	(666)
Aluguel e Condomínio	(241)
Gastos com Informática e Comunicação	(212)
Despesa de locomoção	(247)
Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	(38)
	<u>(49.756)</u>

	30/06/2024
Classificadas como:	
Custo dos serviços prestados	(16.188)
Outras despesas gerais e administrativas (c)	(7.108)
Despesas com pessoal	(6.374)
Outras despesas operacionais líquidas	(5.515)
Assessoria e representação	(5.242)
Depreciação e amortização	(4.479)
Equivalência Patrimonial	(3.610)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(666)
Participações estatutárias no lucro	(574)
Total	<u>(49.756)</u>

- (a) Refere-se substancialmente a custo com captura e processamento das transações.
- (b) Refere-se substancialmente a despesas com assessoria e representação, rateio de despesas de informática, despesas com ocupação (água, energia, IPTU etc.) e impostos sobre fee de marca.
- (c) Desse total, R\$ 495 refere-se a despesas de benefícios de transportes e vale combustível com partes relacionadas, vide Nota Explicativa 9

21. RESULTADO FINANCEIRO

	30/06/2024
Receitas financeiras	
Juros de clientes e estabelecimentos	2.584
Juros Empréstimo - Mútuo (Nota 9)	2.192
Ganhos com variações monetárias	330
Outras receitas financeiras(a)	6.688
	<u>11.794</u>
Despesas financeiras	
Correção Monetária - Mútuo (Nota 9)	(3.739)
Despesas bancárias	(1.329)
Descontos concedidos e outros incentivos	(119)
Outras despesas financeiras(b)	(1.841)
	<u>(7.028)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>4.766</u>

- (a) Refere-se à receita com cartões de portadores cancelados por falta de utilização do saldo, em determinado período.
- (b) Refere-se à correção monetária do earn-out (saldo a pagar pela aquisição da empresa Sysdata Tecnologia e Participações Ltda., vide nota explicativa 10).

22. PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação. O prejuízo por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

Prejuízo	<u>(10.461)</u>
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	298.377
Prejuízo por ação - R\$	<u>(0,04)</u>

23. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCO

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução BCB nº 25/20, a Edenred Soluções e Instituição Pagamento AHA S.A. adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Edenred Soluções e instituição Pagamento AHA S.A possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de Crédito

A política de venda e de prestação de serviços da Companhia está associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

A Companhia tem política específica definindo as diretrizes e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

d) Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial.

e) Gerenciamento de capital

As instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil devem manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Em 05 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu autorização pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento e, também foi designada como líder do Conglomerado Prudencial do Grupo Edenred. Dessa forma, os limites de capital regulatório são apurados de forma consolidada.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia efetuou o cálculo do Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento - PRIP, que com base no seu entendimento da aplicação da base regulatória contida na Resolução BCB 198, a Companhia se encontrava enquadrada. Contudo, o critério aplicado na determinação do capital mínimo regulatório foi questionado pelo Banco Central do Brasil por meio de ofícios. Em 21 de novembro de 2024, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB 434, que altera a Resolução BCB 198, e que limitou a possibilidade de dispensa da completa dedução de ajustes prudenciais, ratificando assim os entendimentos do Banco Central do Brasil enviados por meio de ofícios, considerando o tipo do Conglomerado Prudencial Edenred, e confirmando o desenquadramento do Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento - PRIP, resultado consequente das alterações normativas do Banco Central do Brasil.

A Companhia está elaborando um plano de equalização do capital mínimo regulatório para o exercício de 2025.

f) Garantias concedidas

Em 30 de junho de 2024, a Companhia mantinha contratada uma operação de garantia internacional da Edenred S.E., no valor de US\$15.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Não houve nenhuma transação que não afetou o caixa no semestre findo em 30 de junho de 2024.

25. EVENTO SUBSEQUENTE

Não houve nenhum evento subsequente à data base desta Demonstração Financeira que necessite de divulgação, com exceção do mencionado na nota 23 (e).

Mario Guernelli
Diretor Presidente

Philippe Blecon
Diretor Administrativo e Financeiro

Karina Cortez Barbosa
Contadora CRC-1SP 292472/O-2